



## EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 61/2024

### Sistema de Registro de Preços

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, **para Registro de Preços**, do tipo menor preço, nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pela Lei n.º 14.133/2021, [Lei Complementar 123/2006](#), [Decreto Federal n.º 11.462/2023](#), [Instrução Normativa SEGES n.º 73/2022](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 03/2023](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º SEI 0018737-57.2024.8.23.8000.

### DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

**DATA:** 10/01/2025

**HORÁRIO:** 10h00min (horário de Brasília)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**Código UASG:** 925480

### 1.DO OBJETO

1.1. Formação de Sistema de Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de Cerca Elétrica, inclusive equipamentos e acessórios, além de concertina nos Prédios no Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor máximo desta licitação, para registro de preços, corresponde ao montante é de **R\$ 560.094,07 (quinhentos e sessenta mil noventa e quatro reais e sete centavos)**.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

#### 3.2. Não será admitida a participação de empresas:

- a) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- d) proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- e) com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas nos arts. 9.º e 14 da Lei nº 14.133/21;
- f) reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- g) em processo de falência;
- h) estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

3.3. O art. 15 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de participação em certames públicos de empresas reunidas em consórcios, salvo vedação devidamente justificada, considerando como discricionária a permissão de participação de empresas em consórcio, diversos autores, o E. STJ e entendimento do Tribunal de Contas da União, indicam que a participação de consórcios somente seria obrigatória nas licitações em que a **vultuosidade, a heterogeneidade e a inviabilidade de parcelamento material do objeto licitado tornem o universo de possíveis licitantes demasiadamente restrito**, logo, depreende-se não ser o caso da licitação em tela.

3.4. É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual n.º 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação na licitação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

### 4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Os interessados poderão impugnar as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao Pregoeiro, por meio eletrônico - email: [salc@tjrr.jus.br](mailto:salc@tjrr.jus.br), em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.2. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

- a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;
- b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

4.4. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação.

4.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

## 5. DA PROPOSTA

5.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação.

5.1.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, nos itens em que couberem:

- a) Marca;
- b) Fabricante;
- c) Modelo/Versão.

5.2. A **licitante** deverá **consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para o grupo**, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.6.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** no cadastro dos dados da proposta no sistema *compras.gov.br* importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.7. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.8. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário previsto para a abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

7.2. A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## 8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

8.5.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 100,00 (cem reais)**.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os **licitantes** apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a. disputa final, hipótese em que os **licitantes** empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b. avaliação do desempenho contratual prévio dos **licitantes**, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c. desenvolvimento pelo **licitante** de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d. desenvolvimento pelo **licitante** de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. empresas brasileiras;
- c. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8.15.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, via sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br), em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## 9. DO BENEFÍCIO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**9.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

**9.1.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão Eletrônico**.

**9.1.2.** Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**9.1.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

**9.1.4.** A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

**9.2.** Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no **subitem 9.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a **licitante** for considerada habilitada.

## 10. DA NEGOCIAÇÃO

**10.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**10.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**10.1.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10.1.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## 11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL, DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

**11.1.** A **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 3 (três) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, prorrogável por igual período, deverá encaminhar a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência.

**11.2.** O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**11.2.1.** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

### 11.3. Deverá constar na proposta:

- a) a individualização da **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal da **licitante**;
- b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;
- c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e
- d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

**11.4.** Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o pregoeiro solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade.

**11.4.1.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**11.4.2.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 11.4.1**, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

### 11.5. Não será aceita e será desclassificada a proposta:

- a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo pregoeiro;
- b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;
- c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;
- e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo pregoeiro;
- f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital;

### 11.6. O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor valor global para o grupo.

**11.7.** Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam o **fornecedor registrado**.

**11.8.** Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

## 12. DA HABILITAÇÃO

**12.1.** A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem **12.2** deste edital, de acordo com os [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.1.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03h (três horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

**12.1.2.** As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

**12.2.** As **licitantes** deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

**12.2.1. Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante** ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;

b) Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**12.2.2. Qualificação Técnica**

a) O atestado de capacidade técnica é um documento emitido por uma pessoa jurídica de direito público ou privado que comprova a exigência técnica de uma empresa para a execução de determinado objeto. Ou seja, é uma prova de que a empresa já prestou serviços ou entregou produtos semelhantes aos que estão sendo licitados, atestando sua experiência e competência na área. A exigência dessa comprovação de qualificação visa restringir a participação de empresas inexperientes no certame, bem como se evitar prejuízos quanto a má execução e/ou não cumprimento de obrigações contratuais.

**a1.** A comprovação de qualificação será exigida conforme definido no art. 67 da Lei 14.133/2021.

**b)** As licitantes deverão apresentar, além das certidões de regularidade:

**b1)** Certidão de Registro e quitação emitido pelo Conselho competente (CREA / CFT) em nome da licitante e dentro do prazo de validade.

**b2)** Para atendimento à qualificação Técnico-Operacional, deverá ser apresentada comprovação por meio de no mínimo um atestado de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome do profissional vinculado ao referido atestado, como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes, que utilizará para comprovar ter executado o serviço de instalação de, no mínimo, 200 metros lineares de cerca elétrica.

**b3)** Para atendimento à qualificação Técnico-Profissional, as licitantes deverão comprovar que possuem em seu corpo técnico, no mínimo um profissional de Engenharia Elétrica, tecnólogo ou Técnico Industrial com registro no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução do serviço de instalação de, no mínimo, 200 metros lineares de cerca elétrica.

**c)** A comprovação do vínculo profissional far-se-á com a apresentação: de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como CONTRATANTE; do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; do contrato de trabalho, de Certidão de Registro e Quitação da empresa, com indicação do profissional como responsável técnico; ou declaração de que o profissional integrará o quadro da licitante, como responsável técnico, se a empresa vier a ser CONTRATADA, acompanhada de atesto/ciência do profissional.

**d)** A documentação apresentada poderá ser objeto de diligência a critério do CONTRATANTE. Caso haja divergências entre o especificado no atestado de capacidade e na CAT, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

**e)** Não se admitirá somatório para comprovar a metragem mínima de 200,00 metros lineares de cerca elétrica instalada.

**12.3.** O pregoeiro verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

d) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**12.4.** As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**12.5.** O enquadramento da **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação da **licitante**.

**12.6.** A **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

**12.7. Quanto a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, serão observado os seguintes procedimentos:**

**12.7.1.** A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato. No entanto, o licitante ME ou EPP, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**12.7.2.** Homologado o certame e havendo alguma restrição à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, a licitante será intimada para, no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, regularizar sua situação fiscal e/ou trabalhista, na forma prevista no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

**12.7.3.** A não regularização da documentação, no prazo acima previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16 deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata e/ou Contrato ou revogar a licitação.

**12.8.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**12.9.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**12.10.** Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

**12.10.1.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**12.11.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**12.12.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**12.13.** Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

**12.14.** Será inabilitada a **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**12.15.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**12.16.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

### 13. DA AMOSTRA

**13.1.** Não se exigirá que a **licitante** apresente amostra do objeto licitado.

### 14. DO RECURSO

**14.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, imediatamente após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação, ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**14.1.1.** O prazo para protocolizar a intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, após os atos de:

a) julgamento das propostas;

b) classificação ou Desclassificação;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante

**14.1.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**14.1.3.** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação via sistema ou de divulgação da interposição do recurso.

**14.1.4.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.1.5.** O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.1.6.** Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

**14.1.7.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**14.2.** Caberá as licitantes, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "compras.gov.br" a fim de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

**14.3.** O recurso será decidido pelo Secretário-Geral (autoridade competente).

### 15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**15.1.** A adjudicação e homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

**15.2.** O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante** vencedora critério menor preço para grupo.

### 16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**16.1.** As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

**16.2.** As licitantes ou contratadas que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no edital de licitação do TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções, conforme definido em instrumento convocatório:

- a. multa;
- b. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**16.2.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- e. fraudar a licitação;
- f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.2.** As condutas praticadas durante o procedimento licitatório em que o valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá ser cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% do valor estimado da licitação.

**16.2.3.** Nas condutas previstas nas alíneas "a", "b", "c", e "d", quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**16.2.4.** Quando a conduta ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

**16.3.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**16.4.** A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023](#), e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

**16.5.** A sanção aplicada definitivamente será registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal, conforme o caso.

**16.6.** As sanções inerentes à execução contratual estão previstas no termo de referência e no contrato anexos desse edital.

### 17. DO REGISTRO DE PREÇOS

**17.1.** Após a homologação do certame, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo 03 (três) dias corridos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**17.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**17.2.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



**17.3. Não será aceita cotação parcial de preços, todas as cotações lançadas serão na totalidade dos itens previstos na licitação.**

17.4. As demais disposições sobre o registro de preços estão no texto no **ANEXO V**.

17.5. O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça de Roraima - TJRR.

17.6. Nesse certame não haverá órgãos na condição de participantes.

17.7. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, e Termo de Compromisso com a Sustentabilidade, conforme o disposto no Anexo IV, deste Edital.

**18. DO CADASTRO DE RESERVA**

18.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

19.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirada do instrumento contratual, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar de sua convocação para fornecer o objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.1. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, juntamente o com Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV).

19.2. Poderá ser acrescentada ao ajuste qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

19.3. Por da retirada de instrumento contratual, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

19.4. Quando a **licitante** convocada não retirar o instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para retirar, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação

19.5. As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência - Anexo I do edital.

**20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. **Excepcionalmente**, a licitante poderá encaminhar a documentação complementar solicitada pelo pregoeiro através do e-mail: [salc@tjrr.jus.br](mailto:salc@tjrr.jus.br), desde que reste comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.

20.2. Os documentos remetidos por meio do sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br) poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

20.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso seja solicitadas, deverão ser encaminhadas a Subsecretaria de Aquisições, Licitações e Credenciamentos, localizada no Prédio Administrativo do TJ/RR, situada na Av. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro de São Francisco, na Cidade de Boa Vista - RR - CEP 69.305.135.

20.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste edital ou solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

20.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

20.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

20.5. O acompanhamento e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

20.6. É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.8. Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br) (menu "licitações"), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.

20.9. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21.

20.10. Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.

20.11. A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura da Ata, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, n.º do CPF e do documento de identidade, endereço de e-mail e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**20.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**20.13.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.14.** São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III), Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV), Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V) e Minuta do Contrato (Anexo VI).

**20.15.** Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Manoel Martins da Silva Neto  
Subsecretário de Aquisições, Licitações e Credenciamentos

## ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA n.º 102/2024 – EVENTO SEI nº (2204169).**

### **FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CERCA ELÉTRICA, INCLUSIVE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS, ALÉM DE CONCERTINA NOS PRÉDIOS NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA, PARA ATENDER DEMANDA ESSENCIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA.**

#### **1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Toda a ação da Administração Pública é manejada com fundamento nos princípios da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público, os quais formam o regime jurídico-administrativo constante no ordenamento jurídico nacional. Além disso, de forma expressa, o constituinte elencou no art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de sorte que os agentes públicos possuem o dever de observar em todas as suas ações tais princípios como direcional necessário tanto para a organização de ações administrativa, quanto para o possível, impactos que essas ações culminarão.

**1.2.** A Constituição Federal trouxe como regra o dever de licitar para as contratações de empresas especializadas em obras, serviços, compras e alienações, assim todas as vezes que a Administração Pública necessita comprar produtos, ou contratar serviços deve percorrer as fases do Procedimento Licitatório, previsto na Lei 14.133/2021.

**1.3.** É por meio do procedimento administrativo de licitar, em submissão à regra constitucional, que a administração tem a possibilidade: a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública; b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

#### **2. OBJETO**

**2.1.** O presente instrumento tem por objeto a Formação de Sistema de Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de Cerca Elétrica, inclusive equipamentos e acessórios, além de concertina nos Prédios no Poder Judiciário do Estado de Roraima.

**2.2.** A contratação em tela trata-se de serviço, o qual de acordo com o inciso XI, do art. 6º da Lei 14.133/2021, são atividades ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração. Além disso esses serviços são caracterizados como serviço comum, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII, art. 6º). E no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, são enquadrados como serviços contínuos serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas (inciso XV, art. 6º).

#### **3. FINALIDADE/JUSTIFICATIVA**

**3.1.** A proposta contratação têm como objetivo proporcionar uma maior segurança aos servidores e magistrados que desenvolvem suas atividades em benefício deste Poder, tornando os prédios mais resistentes a ocorrências de eventuais arrombamentos e/ou furtos, priorizando e valorizando, inclusive, a vida humana de cada servidor, magistrado ou cidadão comum que necessite dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

**3.2.** Resultados a serem alcançados:

- Maior proteção do patrimônio público, podendo o sistema ser instalado em qualquer prédio ocupado pelo Poder Judiciário, seja ele em Boa Vista ou em qualquer município do interior e
- Intimidação de eventuais invasores às edificações.

##### **3.3. Alinhamento estratégico**

###### **3.3.1. Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021 - 2026)**

- Perspectiva: Pessoas e Governança
- Objetivo(s) estratégico(s): Engajar e empoderar o corpo funcional com o propósito institucional e aprimorar a gestão de pessoas

##### **3.4. Justificativa para o parcelamento ou não do objeto**

**3.4.1.** Considerando que ambos os sistemas de segurança (cerca elétrica e concertina), na sua grande maioria, serão previstos para serem instalados no mesmo local, podendo-se utilizar as mesmas hastes do sistema da concertina também para a cerca elétrica (conforme prática comum de mercado e definido pelos fabricantes), tecnicamente, não se faz viável o parcelamento da solução.

**3.4.2.** Cabe aqui ressaltar que a previsão de remoção de um sistema de segurança para posterior instalação de novo conjunto visa atender toda e qualquer necessidade dos prédios em que já se tem o sistema instalado e que, eventualmente, após ou durante alguma adequação física necessite de nova instalação da proteção após conclusão.

3.4.3. O parcelamento do objeto seria prejudicial a qualidade do serviço prestado, visto que não seria possível a instalação de ambos os sistemas no mesmo alinhamento sem estrutura de apoio complementar, acrescendo-se custos para execução do serviço em si, além da necessidade de custeio de duas CONTRATADAS para eventual execução em localidades diversas a Boa Vista-RR, conforme definido em (4.3).

### 3.5. Do Registro de Preços

3.5.1. De acordo com a disciplina do [art. 3º DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, o qual](#) regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, o SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

3.5.2. Da análise do dispositivo, não se pode perder de vista da expressão "em especial" do art. 3º, a qual nos leva a entender não se trata de rol taxativo, partindo deste ponto de vista ao surgir ocasiões diferente daquelas ainda sim seria possível a Administração Pública. Dentro da realidade da contratação ora em instrução, é possível anotar que o Poder Judiciário pretenda instalar os equipamentos de forma mitigada, ou seja, unidade por unidade, sem necessariamente instalar todas em um só momento. Essa situação encontra amparo no inciso II, do art. 3º do Decreto.

## 4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

### 4.1. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

4.1.1. O serviço resume-se na instalação de cerca elétrica de 6 fios e Concertina D=40cm nos perímetros de contorno das edificações ocupadas para desenvolvimento das atividades atribuídas ao Poder Judiciário, solicitado quando necessário, pela CONTRATANTE.

4.1.2. Eventuais pontos elétricos necessários à eletrificação da central de choque da cerca ficarão sob responsabilidade da CONTRATANTE, assim como a infraestrutura de interligação da central ao ponto de conexão com a cerca elétrica. Eventuais podas de árvores ou arbustos que ocorram também serão responsabilidades da CONTRATANTE.

4.1.3. As despesas com transporte de equipamentos e pessoal, serão de responsabilidade da CONTRATADA, bem como as despesas com alimentação e hospedagem, quando for o caso.

4.1.4. Nas situações em que for necessário retirar a cerca elétrica para se instalar a concertina, ou vice-versa, será de responsabilidade da CONTRATADA a execução deste serviço, mediante custeio de serviço quantificado de forma independente.

4.1.5. Toda a área de realização dos serviços deverá ser entregue limpa, livre de restos de materiais ou equipamentos utilizados pela CONTRATADA.

4.1.6. Fica terminantemente PROIBIDO qualquer contato da concertina com os fios da Cerca Elétrica. A CONCERTINA NÃO DEVERÁ SER ELETRIFICADA EM NENHUMA HIPÓTESE.

4.1.7. Os serviços poderão ser executados em qualquer edificação utilizada pelo Poder Judiciário, estando ela inclusa ou não no **Anexo I - Relação de Imóveis do Poder Judiciário**.

4.1.8. Todo o serviço executado deverá estar de acordo com o estabelecido na Lei 13.477, de 30/08/2017, ABNT NBR IEC 60335-2-76 e NBR 335-1: 1996.

4.2. Os itens com preço a ser registrado estão especificados e definidos abaixo:

Item 1 - Fornecimento e Instalação de SUPER CERCA elétrica
<p><b>Super Cerca Elétrica:</b> Conjunto formado por haste tubular industrial em alumínio 25x25mm h=1,00m, com 6 isoladores tipo W e tampão em plástico na ponta superior para acabamento. O espaçamento máximo entre as hastes de sustentação da cerca deverá ser de 3,00m, sendo obrigatória a fixação de duas hastes (uma em cada sentido), nos cantos, com isoladores do tipo castanha. Em toda a extensão de cerca a ser executada, deverá ser fixada, a cada 10m, uma placa identificadora de passagem de corrente elétrica com a inscrição: PERIGO! CERCA ELETRIFICADA</p> <p>a. Deverão ser utilizados 06 alinhamentos paralelos de fio de aço inox para cerca 0,90mm, devidamente fixados aos isoladores das hastes acima especificadas, com isolamento mínima de 15KVolts.</p> <p>b. As hastes de sustentação da cerca deverão ser chumbadas aos muros de cada edificação, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a execução do rasgo com fixação da haste e posterior recomposição da área. Nos perímetros em que não houver muro, estas serão fixadas nas grades através de conjunto de bucha/parafuso dimensionados de forma que dê completa estabilidade às peças quando da ação dos ventos.</p> <p>c. Na extensão de cerca solicitada e instalada deverão ser considerados todos os desníveis superiores a 20cm, de forma que, nestes pontos, serão instaladas duas hastes, uma no ponto superior, e outra no ponto inferior de forma a manter-se o alinhamento dos fios.</p> <p>d. As cercas somente serão instaladas em elementos com altura mínima de 2,00m medidos a partir do fio inferior do sistema de segurança, sendo a haste, quando necessário, instalada em 45° para o lado interno da edificação, após análise prévia da fiscalização.</p> <p>e. A metragem de cerca solicitada contemplará o alinhamento COM OS 6 FIOS de aço inox já descritos.</p>
Item 2 - Fornecimento e Instalação de KIT Eletrificador
<p><b>Kit eletrificador para cerca:</b> Conjunto formado por central eletrificadora de cerca composta por:</p> <p>a. Eletrificador: Tensão de choque pulsativo contínuo de 12.000V, com acionamento por controle remoto (02 unidades), saída para dois setores mistos e independentes, opções de tempo de sirene e cobertura mínima de 3.100 metros lineares de cerca, ref. GENNO, INTELBRÁS ou similar.</p> <p>b. Bateria: 12V, selada, com dimensões reduzidas, aproximadamente 15x6,5x10cm (CxLxA)</p> <p>c. Sirene: Tipo corneta, 120Db.</p>
Item 3 - Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm sem HASTE DE FIXAÇÃO, com aproveitamento de hastes do sistema da cerca elétrica (sem fornecimento das hastes)
<p><b>Concertina:</b> Em aço galvanizado com diâmetro 400mm, formato helicoidal, espessura da lâmina 0,50mm. Espiras com alma de arame de no mínimo 2,30mm, largura da lâmina de no mínimo 38mm.</p> <p>a. O espaçamento máximo de uma espira para outra deverá ser, de, no máximo 25cm, contendo entre 50 a 60 lâminas, entre interna e externa, com o mínimo de 2 clips por volta.</p>



- b. A concertina será instalada nos locais definidos pela FISCALIZAÇÃO, no contorno dos muros e/ou gradis de contorno de cada edificação, apoiadas nas hastes de sustentação. As hastes deverão ser chumbadas com argamassa de cimento e areia aos muros de cada edificação, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a execução do rasgo com fixação da haste e posterior recomposição da área, podendo também ser utilizada argamassa pré fabricada. Nos perímetros em que não houver muro ou que este por algum motivo, não puder ser perfurado (após ciência da FISCALIZAÇÃO), estas serão fixadas nas grades através de conjunto de bucha/parafuso dimensionados de forma que dê completa estabilidade às peças quando da ação dos ventos e a eventual aplicação de esforços para retirada do elemento.
- c. Nos locais em que se tenha cerca elétrica, poderão ser utilizadas as mesmas hastes para amarração da concertina.
- d. As hastes utilizadas na instalação da concertina (para pontos em que não se tenha cerca elétrica) deverão atender às mesmas características mencionadas em 2.8.1.
- e. Em toda a extensão de concertina a ser executada, deverá ser fixada, a cada 10m, uma placa de advertência dos riscos oferecidos. Estas placas deverão ser intercaladas com as placas de advertência da cerca elétrica eventualmente instalada no mesmo local.
- f. O protetor perimetral (concertina) será sustentado por dois níveis de arame guia bitola 2,1mm nas partes superior e inferior. Após a fixação das hastes, o guia superior de apoio da concertina será fixado às hastes, sem concatenagens sendo o rolo espiral apoiado e esticado com o espaçamento máximo entre as espiras conforme indicado neste documento.
- g. Os grampos que prendem a concertina deverão ser de aço inoxidável, formato tipo “U”, instalado com alicate próprio.
- h. Todos os acessórios necessários à instalação serão inclusos no preço a ser proposto (grampo, arame, hastes, parafusos, buchas, esticadores, cabos guias, anéis, clips, etc) e deverão ser em aço galvanizado a quente.
- i. A distância entre a concertina e o muro/gradil inferior deverá ser de no máximo 12cm.

#### Item 4 - Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm com HASTE DE FIXAÇÃO

Concertina com e sem haste de suporte: Conforme estabelecido no subitem c. do item 3 acima, quando no local da demanda para execução do serviço já se tiver instalada eventual cerca elétrica, as hastes do sistema existente deverão ser utilizadas também para suporte e fixação da concertina, fazendo jus o pagamento de valor reduzido conforme previsto na descrição do item 3 do Anexo II. Para situações em que não se tenha nenhuma haste de sistema preliminar, será contratada a execução do item 4 do referido Anexo, devendo todas as especificações atender ao item 3.

#### Item 5 - Retirada e Reinstalação de fiação de cerca elétrica para instalação de concertina

Retirada / Reinstalação de sistema previamente existente: Conforme previsto nos itens 5 e 6 do Anexo II, tais itens serão contratados quando já constar instalado no local demandado algum tipo de sistema que necessite ser removido para acréscimo de novo sistema, visto que as hastes são utilizadas como ponto de fixação comum para ambos (cerca elétrica e concertina).

#### Item 6 - Retirada e Reinstalação de concertina para instalação de cerca elétrica

Retirada / Reinstalação de sistema previamente existente: Conforme previsto nos itens 5 e 6 do Anexo II, tais itens serão contratados quando já constar instalado no local demandado algum tipo de sistema que necessite ser removido para acréscimo de novo sistema, visto que as hastes são utilizadas como ponto de fixação comum para ambos (cerca elétrica e concertina).

### 4.3. Da realização de Serviços fora do município de Boa Vista

4.3.1. Para a execução dos serviços previstos neste instrumento em local diverso à Comarca de Boa Vista-RR, será devido à CONTRATADA o custo do deslocamento.

4.3.2. Os valores pagos a título de deslocamento deverão cobrir despesas com transporte, alimentação e, quando necessário, hospedagem.

4.3.3. Para as contratações oriundas deste SRP, serão adotadas as seguintes distâncias entre cidades do interior do Estado e a capital Boa Vista. Realização de serviços eventualmente executados fora das localidades previstas terão como referência as distâncias da PORTARIA N.º 134, DO DIA 27 DE JANEIRO DE 2014.

LOCALIDADE	DISTÂNCIA EM KM (somente ida)	DISTÂNCIA EM KM (ida e volta)
ALTO ALEGRE	89	178
BONFIM	135	270
CANTÁ	36	72
CARACARAÍ	155	310
MUCAJAÍ	55	110
PACARAIMA	220	440
RORAINÓPOLIS	298	596
SÃO LUIS DO ANAUA	320	640

4.3.4. Em caso de solicitações de serviços para as Comarcas do interior será pago um valor referente ao deslocamento e diária, denominado **Taxa de Deslocamento (TD)**, a qual será aferida pelo fiscal no momento da emissão da Ordem de Serviço.

4.3.5. A TD será composta por 3 (três) variáveis, sendo equivalente a soma das três:

- a. Custo com Depreciação do Veículo (CDV);
- b. Custo com Diárias dos Funcionários (CDF); e
- c. Custo com Combustível (CC).

4.3.5.1. Custo com Depreciação de Veículo (CDV) será devido a CONTRATADA para disponibilização do veículo nos deslocamentos dos seus funcionários e materiais durante a execução do serviço, obedecendo os seguintes parâmetros:

- a. nos casos em que o serviço tenha previsão de término no mesmo dia, sem necessidade de pernoite, será devido 1 (um) custo de depreciação; e
- b. nos casos em que haja necessidade de pernoite, em que a equipe de funcionários voltará somente no dia seguinte ou em outra data posterior conforme a necessidade, serão devidos 02 (dois) custos de depreciação.

4.3.5.2. Custo com Diárias dos Funcionários (CDF) será devido a CONTRATADA para cobrir custos de viagem envolvendo despesas com alimentação e estadia quando houver, obedecendo aos seguintes parâmetros:

- a. nos casos em que o serviço tenha previsão de término no mesmo dia, sem necessidade de pernoite, será devido 1/2 (meia) diária para cada funcionário; e
- b. para serviços com duração de mais de um dia de trabalho, o funcionário fará jus a 01 (uma) diária por pernoite, sendo que no dia do retorno fará jus também a 1/2 (meia) diária.

4.3.5.3. Custo com Combustível (CC) será calculado com base na distância conforme informada na tabela, obedecendo aos seguintes parâmetros:

- a. para fins de mensuração da quantidade de Km por litro de combustível, deverá ser considerado que o veículo fará 10 km por litro consumido; e
- b. para fins de mensuração de preço, o valor do combustível será apurado pelo fiscal no momento da emissão da ordem de serviço, pelo valor médio sempre no município de Boa Vista, através da consulta disponibilizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) pelo site [ANP](https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas) (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>).

4.3.5. O número de funcionários e veículos a serem utilizados para a realização dos serviços e a necessidade de pernoites no local de atendimento deverão ser previamente acordados com a FISCALIZAÇÃO antes da emissão da Ordem de Serviço.

4.3.6. O quantitativo e valores estimados para compor a taxa de deslocamento encontram-se no **Anexo II - Planilha Orçamento Estimado**.

4.3.7. Somente será paga a TD conforme o real praticado durante a execução dos serviços, sendo a estimativa de diárias informada na Ordem de Serviço devidamente aferida pela FISCALIZAÇÃO.

#### 4.4. Estimativa de Taxa de Deslocamento

4.4.1. Valores Referências para a variável "CDV":

Item	Despesa	Unid.	Custo Unit.	
01	Custo de Depreciação de Veículo de Grande Porte de até 180 mil - CDV	Diária	R\$ 180.000,00 x 0,0556%	<b>R\$ 100,08</b>

LOCAL	EXTENSÃO	DIAS PARA EXECUÇÃO	CDV
Tribunal do Júri de Bonfim	305,00 m	3	2
Terreno destinado para a construção do Fórum da Comarca de Cantá	200,00 m	2	2
Terreno destinado para a construção da residência do Juiz da Comarca de Cantá	100,00 m	1	2
Terreno destinado para a construção da residência do Juiz de Mucajaí	176,00 m	2	2
Terreno Residência Pacaraima	76,00 m	1	2
<b>TOTAL DE ESTIMATIVA CDV</b>			<b>10</b>

Item	Despesa	Unid.	Quant.	Custo Unit.	Custo Total
01	CDV	Diária	10	<b>R\$ 100,08</b>	<b>R\$1.000,80</b>

\* Considerações:

Custo do veículo: R\$ 180.000,00

Vida útil do Veículo: 05 anos

Taxa de depreciação ao Ano: 20% a.a

Taxa de depreciação ao Mês: 1,666% a.m

Taxa de Depreciação ao Dia: 0,0556% a.d

Estimativa de diárias:

- Comprimentos de cerca/concertina de até 150m - executados em um dia com retorno no dia seguinte, perfazendo 2 diárias.
- Comprimentos de cerca/concertina de até 300m - executados em dois com retorno no dia seguinte, perfazendo 3 diárias.
- Comprimentos de cerca/concertina acima de 300m - executados em três com retorno no dia seguinte, perfazendo 4 diárias.

4.4.2. Valores Referências para a variável "CDF"

LOCAL	EXTENSÃO	DIAS PARA EXECUÇÃO	QUANT. DIÁRIAS
Tribunal do Júri de Bonfim	305,00 m	3	3,5
Terreno destinado para a construção do Fórum da Comarca de Cantá	200,00 m	2	2,5
Terreno destinado para a construção da residência do Juiz da Comarca de Cantá	100,00 m	1	1,5
Terreno destinado para a construção da residência do Juiz de Mucajaí	176,00 m	2	2,5
Terreno Residência Pacaraima	76,00 m	1	1,5
<b>TOTAL DE ESTIMATIVA DE DIÁRIAS X 2 PESSOAS (funcionários)</b>			<b>23</b>

Item	Despesa	Unid.	Quant.	Custo Unit.	Custo Total
02	Custo de Diária dos Funcionários (CDF)	Diária	23	<b>R\$ 354,00</b>	<b>R\$ 8.142,00</b>

\* Considerações:

Foi considerada a execução de todos os serviços por 02 funcionários, sendo:

- Comprimentos de cerca/concertina de até 150m - executados em um dia com retorno no dia seguinte, perfazendo 1,5 diária.
- Comprimentos de cerca/concertina de até 300m - executados em dois dias com retorno no dia seguinte, perfazendo 2,5 diária.
- Comprimentos de cerca/concertina acima de 300m - executados em três dias com retorno no dia seguinte, perfazendo 3,5 diária.

O custo unitário da diária do funcionário foi baseado no custo da diária dos colaboradores do TJRR definida na PORTARIA N. 757 TJRR/PR, DE 9 DE MAIO DE 2023.

4.4.3. Valores Referências para a variável "CC"

LOCAL	DISTÂNCIA (IDA E VOLTA)	QUANT. VIAGENS	R\$ COMBUSTIVEL / LITRO	CONSUMO COMBUSTÍVEL	R\$ CONSUMO
Tribunal do Júri de Bonfim	270,00 km	1	R\$ 6,61	27 litros	R\$ 178,47
Terreno destinado para a construção do Fórum da Comarca de Cantá	72,00 km	1	R\$ 6,61	7,2 litros	R\$ 47,59
Terreno destinado para a construção da residência do Juiz da Comarca de Cantá	72,00 km	1	R\$ 6,61	7,2 litros	R\$ 47,59
Terreno destinado para a construção da residência do Juiz de Mucajaí	110,00 km	1	R\$ 6,61	11 litros	R\$ 72,71
Terreno Residência Pacaraima	440,00 km	1	R\$ 6,61	44 litros	R\$ 290,84
TOTAIS		5			R\$ 637,20
CUSTO MÉDIO POR VIAGEM					R\$ 127,44

Item	Despesa	Unid.	Quant.	Custo Unit.	Custo Total
03	CC	Und	5,00	R\$ 127,44	R\$ 637,20

\* Considerações:

Custo unitário do combustível considerando-se o consumo de 10km/l = R\$ 6,61 (conforme cotação no site de consulta da ANP no dia 14/10/2024.

Estimativa Geral de Custo com Deslocamento					
ITEM	DESCRIÇÃO		Quantitativo Anual Estimado	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	TD	Diárias com Depreciação de veículo - CDV	10,00	100,08	R\$ 1.000,80
02		Diárias dos Funcionários - CDF	23,00	354,00	R\$ 8.142,00
03		Custo com Combustível	5,00	127,44	R\$ 637,20
Valor Total Estimado (R\$)					R\$ 9.780,00

- 4.4.4. Os valores da Estimativa Geral de Custo com Deslocamento não irão para disputa.
- 4.4.4.1 Na proposta final dos licitantes deverá constar os valores estipulados para o deslocamento.
- 4.4.4.2 A CONTRATADA deverá comprovar o pagamento das diárias dos colaboradores designados para prestar o serviço, em até 06 (seis) horas antes da data da partida. A comprovação dar-se-á por envio dos comprovantes de depósito para o e-mail da fiscalização do contrato.
- 4.4.5. Em eventuais solicitações simultâneas de serviço na mesma localidade no mesmo período (exemplo: instalação de cerca elétrica e concertina em alguma localidade), somente será pago 01 (um) deslocamento.
- 4.4.6. Todos os itens deverão ser entregues devidamente configurados para utilização, sendo realizado, no ato da entrega, um rápido treinamento com servidores do local em que o serviço foi realizado.
- 4.4.7. Todos os equipamentos fornecidos e instalados deverão ser certificados junto ao INMETRO.
- 4.4.8. Todo o sistema deverá ser aterrado através de haste de cobre 2,40m conectada ao borne da central de alarme, sob execução da CONTRATADA.
- 4.4.9. Deverão ser fornecidos todos os manuais e termos de garantia de todos os equipamentos instalados.
- 4.4.10. A CONTRATADA deverá fornecer também, dois controles remotos para ativação e desativação do sistema, a serem entregues a FISCALIZAÇÃO.
- 4.4.11. A localização da central eletrificadora, bem como das sirenes, será definida pela FISCALIZAÇÃO.
- 4.4.12. Após efetivada a contratação dos sistemas aqui descritos, a manutenção correrá através de contratação específica já formalizada através do processo 0019361-14.2021.8.23.8000 ou qualquer outra contratação que venha a substituí-la.
- 4.4.13. A CONTRATADA deverá apresentar garantia integral dos equipamentos de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do serviço executado, período este em que eventuais defeitos de fabricação devem ser reparados sem ônus para esta Corte.
- 4.4.14. Durante o período de vigência da garantia poderão ser efetuadas quantas manutenções se fizerem necessárias, às custas da empresa CONTRATADA, sem ônus ao TJRR.
- 4.4.15. O rompimento do cabeamento pela ação de agentes externos não serão abarcados pela garantia.
- 4.4.16. Os reparos nos defeitos de fabricação dos equipamentos deverão ser solucionados em até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da notificação emitida pelo Fiscal do contrato.

4.5. Da regulamentação do serviço

- 4.5.1. Todo o serviço executado deverá obedecer ao estabelecido na Lei 13.477, de 30 de Agosto de 2017, ABNT NBR IEC 60335-2-76 e NBR 335-1: 1996.
- 4.5.2. A cada Ordem de Serviço emitida para instalação de cerca elétrica deverá ser apresentada uma **ART** de execução do profissional responsável devidamente registrada no CREA ou, no caso de empresa que possua **exclusivamente** como responsável técnico Técnicos Industriais, a apresentação do **TRT** expedido pelo **CFT**. Esta **ART** ou **TRT** deverá ser apresentada em um prazo de até 05 (cinco) dias corridos após o recebimento da O.S e a não apresentação destes documentos acarretará a recusa do recebimento da Nota Fiscal para pagamento, após a execução dos serviços.
- 4.5.3. Durante a execução dos serviços, todos os funcionários deverão apresentar-se devidamente identificados com uniforme da empresa, sendo obrigação da CONTRATADA o fornecimento de todos os EPIs necessários à completa execução do objeto.
- 4.5.4. A CONTRATADA deverá tomar todas as precauções para que, durante a execução dos serviços, o carregamento e o transporte de materiais e resíduos não prejudiquem as atividades normais da CONTRATANTE, efetuando a limpeza constante nas áreas afetadas pelos serviços.
- 4.5.5. O controle e a guarda de todo material é de inteira responsabilidade da CONTRATADA até a entrega final dos serviços. A FISCALIZAÇÃO disponibilizará local para armazenamento durante o período de execução sendo a responsabilidade de controle das quantidades restrita a CONTRATADA.
- 4.5.6. Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta feira, no horário comercial, das 08:00 às 18:00 horas.

4.6. Dos prazos de execução

4.6.1. A prestação do serviço deverá ser iniciada em até três dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço (modelo conforme **Anexo III** deste instrumento), tendo o prazo de execução definido em:

- a. 15 (quinze) dias corridos para comprimentos de cerca/concertina de até 150m.
- b. 20 (vinte) dias corridos para comprimentos de cerca/concertina de até 300m.
- c. 30 (trinta) dias corridos para comprimentos de cerca/concertina acima de 300m.

4.6.2. Em até 05 dias corridos após a assinatura da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar a ART/TRT devidamente homologada no CREA/CFT.

4.6.3. Os prazos acima indicados estão definidos para a implantação de apenas um ou dos dois sistemas de segurança previstos neste instrumento (Cerca Elétrica e Concertina).

4.6.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

4.6.5. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

4.6.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.6.7. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

4.6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelo serviço executado, nem a responsabilidade ético-profissional.

4.7. Do acompanhamento, Fiscalização e Pagamento

4.7.1. O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

4.7.2. O CONTRATANTE efetuará o pagamento da fatura emitida pela CONTRATADA com base na descrição dos serviços contratados, sendo os serviços pagos em medição única, após a conclusão de cada Ordem de Serviço emitida.

4.7.3. O modelo da Ordem de serviço a ser utilizada consta no **Anexo III - Modelo de Ordem de Serviço**.

4.7.4. A FISCALIZAÇÃO deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou comunicar ao Gestor para aplicação de sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

4.7.5. Na fiscalização da qualidade do serviço prestado, será aplicado o Índice de Medição de Resultado - IMR com o registro de todas as ocorrências registradas no período conforme **Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**.

4.7.6. A CONTRATADA disporá do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do relatório de ocorrências, para apresentar contestação ao relatório, apresentando as devidas justificativas para cada ocorrência registrada.

4.7.7. Transcorrido o prazo para manifestação da CONTRATADA sem que esta tenha apresentado contestação ao relatório de ocorrências, presumir-se-á que tenha aceitado as ocorrências registradas.

4.7.8. Caso a CONTRATADA apresente contestação ao relatório de ocorrências, o fiscal terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar decisão devidamente justificada acerca da aceitabilidade das justificativas apresentadas.

4.7.9. As justificativas da CONTRATADA somente serão aceitas caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência.

5. PRAZOS

5.1. O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. O serviço deverá estar disponível em até 05 (cinco) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato.

5.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6. ORÇAMENTO ESTIMADO

6.1. Com base nas informações constantes do procedimento administrativo SEI nº 0018737-57.2024.8.23.8000, pode-se inferir que o valor estimado da contratação é de **RS 560.094,07 (quinhentos e sessenta mil noventa e quatro reais e sete centavos)**, conforme planilha de orçamento estimado abaixo:

A - SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	Valor estimado (R\$)	Valor total (R\$)
1	Fornecimento e Instalação de SUPER CERCA elétrica	m	1982,00	41,50	82.253,00
2	Fornecimento e Instalação de KIT Eletificador	und.	8,00	973,00	7.784,00
3	Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm sem HASTE DE FIXAÇÃO, com aproveitamento de hastes do sistema da cerca elétrica (sem fornecimento das hastes)	m	1982,00	80,67	159.887,94
4	Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm com HASTE DE FIXAÇÃO	m	1982,00	93,75	185.812,50
5	Retirada e Reinstalação de fiação de cerca elétrica para instalação de concertina	m	1356,90	35,97	48.807,69
6	Retirada e Reinstalação de concertina para instalação de cerca elétrica	m	1356,90	48,47	65.768,94
SUBTOTAL A					550.314,07

B - DESLOCAMENTO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Diárias com Depreciação de veículo - CDV	und.	10,00	100,08	1.000,80
2	Diárias dos Funcionários - CDF	und.	23,00	354,00	8.142,00
3	Custo com Combustível	und.	5,00	127,44	637,20

B - DESLOCAMENTO	
SUBTOTAL B	9.780,00

VALOR TOTAL (A + B)	R\$ 560.094,07
---------------------	----------------

6.2. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

6.3. Por se tratar de estimativas, as quantidades e valores acima não constituem, em hipótese alguma, compromissos futuros para TJRR, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidades e valores para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do TJRR, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.

## 7. REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. O atestado de capacidade técnica é um documento emitido por uma pessoa jurídica de direito público ou privado que comprova a exigência técnica de uma empresa para a execução de determinado objeto. Ou seja, é uma prova de que a empresa já prestou serviços ou entregou produtos semelhantes aos que estão sendo licitados, atestando sua experiência e competência na área. A exigência dessa comprovação de qualificação visa restringir a participação de empresas inexperientes no certame, bem como se evitar prejuízos quanto a má execução e/ou não cumprimento de obrigações contratuais.

7.2. A comprovação de qualificação será exigida conforme definido no art. 67 da Lei 14.133/2021.

7.3. As licitantes deverão apresentar, além das certidões de regularidade:

- Certidão de Registro e quitação emitido pelo Conselho competente (CREA / CFT) em nome da licitante e dentro do prazo de validade.
- Para atendimento à qualificação Técnico-Operacional, deverá ser apresentada comprovação por meio de no mínimo um atestado de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome do profissional vinculado ao referido atestado, como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes, que utilizará para comprovar ter executado o serviço de instalação de, no mínimo, 200 metros lineares de cerca elétrica.
- Para atendimento à qualificação Técnico-Profissional, as licitantes deverão comprovar que possuem em seu corpo técnico, no mínimo um profissional de Engenharia Elétrica, tecnólogo ou Técnico Industrial com registro no conselho profissional competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT por execução do serviço de instalação de, no mínimo, 200 metros lineares de cerca elétrica.

7.3.1. A comprovação do vínculo profissional far-se-á com a apresentação: de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como CONTRATANTE; do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; do contrato de trabalho, de Certidão de Registro e Quitação da empresa, com indicação do profissional como responsável técnico; ou declaração de que o profissional integrará o quadro da licitante, como responsável técnico, se a empresa vier a ser CONTRATADA, acompanhada de atesto/ciência do profissional.

7.4. A documentação apresentada poderá ser objeto de diligência a critério do CONTRATANTE. Caso haja divergências entre o especificado no atestado de capacidade e na CAT, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

7.5. Não se admitirá somatório para comprovar a metragem mínima de 200,00 metros lineares de cerca elétrica instalada.

## 8. GARANTIA

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, por meio da FISCALIZAÇÃO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- seguro-garantia;
- fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

8.1.1. O prazo para apresentação de garantia contratual é prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.2. A garantia deverá possuir validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação do contrato, conforme inciso I, do art. 97 da Lei 14.133/2021.

8.3. Nos termos do art. 97, inciso I, da Lei 14.133/2021, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

## 9. OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

- manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e cumprindo todas as condições exigidas para habilitação;
- tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;

- j. conhecer minuciosamente o Termo de Referência em todas as suas partes;
- k. em caso de execução de serviços, comprovar, para a execução do contrato, a compatibilidade do código CNAE e seu subitem da lista de serviços da LC 116/2003, em relação ao objeto contratado, para viabilizar a correta retenção dos tributos devidos.

**9.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

- a. a veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. subcontratação do objeto; e
- c. nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

**9.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:**

- a. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b. efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- c. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução do objeto;
- d. nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- e. rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação constante deste instrumento. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

**9.4. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:**

9.4.1. Após a homologação da disputa, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 03 (três) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016.

9.4.1.1. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br).

9.4.1.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

9.4.1.3. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

9.4.2. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no subitem 9.4.1.

9.4.3. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

9.4.4. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

9.4.5. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

9.4.6. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

9.4.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

## 10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

**Rotinas de Fiscalização Contratual**

**10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**10.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**10.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**10.4.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**10.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**10.6.** A CONTRATADA será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**10.7.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

**10.8.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**10.9.** O Tribunal de Justiça de Roraima poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**10.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**10.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento**

**10.12.** Concluída a execução do objeto, a fiscalização do contrato terá a oportunidade de aferir a aderência do serviço prestado ante ao que foi especificado neste Termo de Referência e comprometido mediante proposta.

**10.13.** Feita a aferição do serviço, a fiscalização poderá receber provisoriamente o objeto.

**Do Recebimento**



**10.14.** O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da comunicação pela CONTRATADA de adimplemento da obrigação contratual.

**10.15.** O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da emissão do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, momento em que a CONTRATADA poderá emitir a fatura, acompanhada da certidão SICAF, ou das certidões que substitua o SICAF.

**10.16.** O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor.

**10.17.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

**10.18.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## 11. PENALIDADES

**11.1.** As infrações e sanções administrativas previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

**11.2.** A CONTRATADA que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficará sujeita às seguintes sanções:

- multa;
- advertência;
- impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**11.2.1.** As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**11.2.2.** A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

**11.2.3.** A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**11.3.** A sanção de multa moratória será imposta à CONTRATADA que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

**11.3.1.** Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela CONTRATADA de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

**11.3.2.** Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar a CONTRATADA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

**11.3.3.** A sanção de multa compensatória será imposta à CONTRATADA que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**11.3.3.1.** A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

**11.3.3.2.** A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

**11.4.** As sanções aplicadas definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

**11.5.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1.** A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.

### ANEXO I - RELAÇÃO DE IMÓVEIS DO PODER JUDICIÁRIO

ÁREAS LOCALIZADAS NO INTERIOR DO ESTADO		
MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO
Alto Alegre	Comarca de Alto Alegre	Fórum Ottomar de Sousa Pinto – Endereço: R. Antônio Dourado de Santana, 595, Alto Alegre - RR
Bonfim	Tribunal do Júri de Bonfim	Fórum Rui Barbosa – Endereço: R. Maria de Olinda Franco, Bonfim - RR
	Comarca de Bonfim	
	Residência oficial de Bonfim	

Cantá	Terreno destinado para a construção do Fórum da Comarca de Cantá	Rua Mário Candido Braga da Silva, Quadra 07, Lote 02
	Terreno destinado para a construção da residência do Juiz da Comarca de Cantá	Rua Inácio José de Queiroz, quadra 24, esquina com rua Olavo Brasil Filho
Caracarái	Comarca de Caracarái	Fórum Paul Martin de Deus - 132, R. D Seis, 26, Caracarái - RR
	Residência Oficial de Caracarái	
Mucajai	Comarca de Mucajai	Fórum Juiz Antônio de Sá Peixoto - Av. Nossa Sra. de Fátima, s/n - Centro, Mucajai - RR
	Terreno destinado para a construção da residência do Juiz de Mucajai	Rua Lacildo Batista, quadra 14, lote 88, Mucajai
Pacaraima	Comarca de Pacaraima	Fórum Advogado Humberto Teles Machado de Souza – Av. Monte Roraima, Bairro Villa Nova – Pacaraima – RR
	Terreno Residência Pacaraima	
Rorainópolis	Comarca de Rorainópolis	Fórum Des. José Lourenço Furtado Portugal - 2295, R. Pedro Daniel da Silva, 1941, Rorainópolis - RR
	Residência Oficial de Rorainópolis	
São Luis	Comarca de São Luiz do Anauá	Fórum Juiz Umberto Teixeira – Av. Ataliba Gomes de Laia, 100 – Centro
<b>ÁREAS LOCALIZADAS EM BOA VISTA</b>		
<b>EDIFICAÇÃO</b>	<b>PERÍMETRO (m)</b>	<b>ENDEREÇO</b>
Palácio da Justiça	500,00 m	Praça do Centro Cívico, 296 – Centro
Fórum Criminal / NUPAC	604,00 m	Av. CB PM José Tabira de Alencar Macedo, nº 602 - Bairro Caranã
Sede Administrativa	420,00 m	Av. Cap. Ene Garcês, 1696 - São Francisco
Fórum Sobral Pinto	430,00 m	Praça do Centro Cívico, 666 – Centro
Inf. e Juv.	110,00 m	Av. Gen. Ataíde Teive, 4270 - Caimbé
Almoxarifado	160,00 m	R. Alferes Paulo Saldanha, 511- Centro
Fórum da Cidadania	460,00 m	Av. Glaycon de Paiva, 550, Mecejana
Conjunto Desembargadores	860,00 m	R. Pres. Juscelino Kubitschek, 837 - São Pedro
Terreno Urbano em Boa Vista destinado à construção da EJURR	235,00 m	Rua da Jaqueira, Quadra 305, Lote 282 (Ant. Z 06), Caçari

**ANEXO II - PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMADO**

<b>A - SERVIÇOS</b>							
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)</b>	<b>Valor Total ofertado pelo licitante (R\$)</b>
1	Fornecimento e Instalação de SUPER CERCA elétrica	m	1982,00	41,50	82.253,00		
2	Fornecimento e Instalação de KIT Eletrificador	und.	8,00	973,00	7.784,00		
3	Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm sem HASTE DE FIXAÇÃO, com aproveitamento de hastes do sistema da cerca elétrica	m	1982,00	80,67	159.887,94		
4	Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm com HASTE DE FIXAÇÃO	m	1982,00	93,75	185.812,50		
5	Retirada e Reinstalação de fiação de cerca elétrica para instalação de concertina	m	1356,90	35,97	48.807,69		
6	Retirada e Reinstalação de concertina para instalação de cerca elétrica	m	1356,90	48,47	65.768,94		
<b>Valor Total Ofertado pelo Licitante (R\$)</b>							
<b>Valor Total Estimado pelo TJRR (A): 550.314,07</b>							

<b>B - DESLOCAMENTO</b> Os valores não irão para disputa.						
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Und.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>	
1	Diárias com Depreciação de veículo - CDV	und.	10,00	100,08	1.000,80	

2	Diárias dos Funcionários - CDF	und.	23,00	354,00	8.142,00
3	Custo com Combustível	und.	5,00	127,44	637,20
<b>Valor Total Estipulado pelo TJRR (B) R\$ 9.780,00</b>					

**ANEXO III - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

<b>OBJETO:</b> Fornecimento e instalação de Cerca Elétrica, inclusive equipamentos e acessórios, além de concertina nos Prédios no Poder Judiciário do Estado de Roraima.				
		Data: _____	Ordem de Serviço	
		_____/_____/_____	Nº _____/_____	
Endereço da Edificação a ser realizado o serviço:				
<b>A - SERVIÇOS</b>				
ITEM CONTRATADO	UND.	QUANTIDADE CONTRATADA	VALOR UNIT. CONTRATADO (R\$)	VALOR TOTAL CONTRATADO (R\$)
Fornecimento e Instalação de SUPER CERCA elétrica	m			
Fornecimento e Instalação de KIT Eletificador	und.			
Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm sem HASTE DE FIXAÇÃO, com aproveitamento de hastes do sistema da cerca elétrica	m			
Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm com HASTE DE FIXAÇÃO	m			
Retirada e Reinstalação de fiação de cerca elétrica para instalação de concertina	m			
Retirada e Reinstalação de concertina para instalação de cerca elétrica	m			
<b>TOTAL DE SERVIÇOS CONTRATADOS:</b>				
( ) SIM				
Houve Deslocamento? (Se sim, preencher dados da tabela abaixo)				( ) NÃO
				R\$
<b>B- DESLOCAMENTOS</b>				
Município de Destino				
Distância do município para capital (ida e volta), conforme estabelecido no TR				
Data de ida				
Data de retorno				
ITEM CONTRATADO	UND.	QUANTIDADE CONTRATADA	VALOR UNIT. CONTRATADO (R\$)	VALOR TOTAL CONTRATADO (R\$)
Diárias com Depreciação de veículo - CDV	und.			
Diárias dos Funcionários - CDF	und.			
Custo com Combustível	und.			
<b>TOTAL DE SERVIÇOS CONTRATADOS:</b>				
* Diárias a serem aferidas pela FISCALIZAÇÃO após a execução dos serviços				R\$
<b>C - CUSTO TOTAL DOS SERVIÇOS (A + B)</b>				
Valor Total dos Serviços Previstos (Tabela A)				
Valor previsto em deslocamento (Tabela B)				
Valor total Previsto (R\$)				

**ANEXO IV - ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

Seguir-se-á a tabela constante deste IMR quanto ao percentual a ser debitado do faturamento mensal dos serviços prestados pela CONTRATADA em função do não cumprimento de acordo de níveis de serviço, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais previstas.

<b>RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS</b>	
<b>OCORRÊNCIA 1: Atraso na entrega da ART / TRT</b>	
<b>AFERIÇÃO:</b> Será registrada 01 (uma) ocorrência por dia de atraso do documento	
<b>OBSERVAÇÃO:</b>	
<b>Total De Ocorrências:</b>	
<b>Data Da Ocorrência</b>	<b>Descrição Sintética</b>


RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS	
OCORRÊNCIA 2: Atraso na Execução do Serviço	
AFERIÇÃO: Será registrada 01 (uma) ocorrência por dia de atraso de entrega do serviço	
OBSERVAÇÃO:	
Total De Ocorrências:	
Data Da Ocorrência	Descrição Sintética

RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS	
OCORRÊNCIA 3: Ausência de Identificação do funcionário através de uniforme	
AFERIÇÃO: Será registrada 01 (uma) ocorrência por cada funcionário sem uniforme, por dia	
Total De Ocorrências:	
Data Da Ocorrência	Descrição Sintética

RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS	
OCORRÊNCIA 4: Ausência de EPI ou EPC	
AFERIÇÃO: Será registrada 01 (uma) ocorrência por cada funcionário que não se apresentar com o EPI ou EPC necessário a execução do serviço, por dia	
Total De Ocorrências:	
Data Da Ocorrência	Descrição Sintética

RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS	
OCORRÊNCIA 5: Deixar de realizar limpeza final da área de execução dos serviços	
AFERIÇÃO: Será registrada 01 (uma) ocorrência por cada Ordem de Serviço com serviço "entregue" sem limpeza final	
Total De Ocorrências:	
Data Da Ocorrência	Descrição Sintética

Deverá ser preenchido cada um dos 05 (cinco) itens de avaliação de ocorrências, totalizando as ocorrências na medição referência e indicando sinteticamente o dia e o fato gerador na tabela existente em cada item.

A aplicação do IMR para qualquer ocorrência não impede a Administração de também notificar a CONTRATADA pelo descumprimento Contratual, conforme penalidades previstas no referido instrumento.

Diante dos dados/ocorrências constantes na "Relação de Ocorrências", o CONTRATANTE promoverá a tabulação dos mesmos, conforme tabela de ocorrências e efeitos remuneratórios, de modo a identificar o percentual de aceitação dos serviços, que deverá ser encontrado com a aplicação ao preço contratual do FATOR DE CORREÇÃO.

**Tabela de ocorrências e efeitos remuneratórios (Fator de Correção)**

OCORRÊNCIA (A)	01	02	03	04	05
Total de Ocorrências (B)					
Tolerância (-) (C)	00	00	00	00	00
EXCESSO DE OCORRÊNCIAS (D)					
Peso (x)	01	02	01	03	01
Total Corrigido de Ocorrências (E)					

**FATOR DE CORREÇÃO (Somatória das Ocorrências)** \_\_\_\_\_

O serviço será considerado de qualidade quando não forem registradas ocorrências durante a sua execução ou quando o somatório de todas as ocorrências for igual ou inferior a 3 (três), fazendo a CONTRATADA jus ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor da Ordem de Serviço.

Quando o somatório dos graus das ocorrências for superior a 3 (três), será efetuado o seguinte ajuste ao pagamento - FATOR DE CORREÇÃO:

FAIXA 01 - FATOR DE CORREÇÃO de 03 a 05: 98% de avaliação dos serviços;

FAIXA 02 - FATOR DE CORREÇÃO de 06 a 15: 96% de avaliação dos serviços;

FAIXA 03 - FATOR DE CORREÇÃO de 16 a 25: 94% de avaliação dos serviços;

FAIXA 04 - FATOR DE CORREÇÃO de 26 a 35: 92% de avaliação dos serviços;

FAIXA 05 - FATOR DE CORREÇÃO a PARTIR DE 36: 90% de avaliação dos serviços e configuração de inexecução parcial.

Observação: A CONTRATADA fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a FAIXA DE ENQUADRAMENTO, conforme o FATOR DE CORREÇÃO calculado de acordo com a tabela acima.

Instruções para Aplicação da Tabela:

- a. As listas com indicadores das ocorrências identificadas serão inseridas na tabela acima, de modo que o fiscal preencherá as respectivas linhas inteiras, que contemplam as 06 (seis) hipóteses de verificação técnica dos serviços, com base na avaliação própria.
- b. As ocorrências deverão ser preenchidas em números inteiros. Não serão considerados valores negativos, os quais deverão ser lançados na tabela com valor igual a 0 (zero).
- c. Após o lançamento das ocorrências por tipo de infração, será deduzido o respectivo quantitativo de TOLERÂNCIA prevista/admitida (por coluna), obtendo-se o valor referente EXCESSO DE OCORRÊNCIAS, por ocorrência.
- d. Posteriormente, cada valor de excesso de ocorrência será multiplicado pelo PESO indicado em cada coluna, obtendo-se o TOTAL CORRIGIDO DE OCORRÊNCIAS por tipo de ocorrência.
- e. Os números atribuídos como peso foram estabelecidos com base em ocorrências de nível baixo (1), nível médio (2), nível alto (3) e nível altíssimo (5).
- f. Deverá ser somada toda a linha Total Corrigido de Ocorrências obtendo-se um número final chamado de FATOR DE CORREÇÃO.
- g. Ao final, será verificado o enquadramento do FATOR DE CORREÇÃO na respectiva FAIXA que representará o percentual a ser pago em relação aos serviços executados.



Documento assinado eletronicamente por CAMILA MARIA ALMEIDA DE CARVALHO, Função Técnica Especializada, em 10/12/2024, às 11:32, conforme "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por ANA RAQUEL DUARTE DE SOUZA, Chefe Adjunto do Gabinete Militar, em 10/12/2024, às 11:49, conforme art. da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES BRAGA, Pregoeiro, em 11/12/2024, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador 2204169 e o código CRC 34585103.

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 00/2024.

Data do certame: 00/00/2024, às 10h00min.

Procedimento Administrativo n.º 0018737-57.2024.8.23.8000

OBJETO: Formação de Sistema de Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de Cerca Elétrica, inclusive equipamentos e acessórios, além de concertina nos Prédios no Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital., conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

GRUPO ÚNICO - SERVIÇOS						
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)	Valor Total do item (R\$)
1	Fornecimento e Instalação de SUPER CERCA elétrica, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	m	1982,00	41,50		
2	Fornecimento e Instalação de KIT Eletrificador, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. MARCA: MODELO:	Und.	8,0	973,00		
3	Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm sem HASTE DE FIXAÇÃO, com aproveitamento de hastes do sistema da cerca elétrica (sem fornecimento das hastes), e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. MARCA:	m	1982,00	80,67		

	<b>MODELO:</b>					
4	<b>Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm com HASTE DE FIXAÇÃO</b> , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. <b>MARCA:</b> <b>MODELO:</b>	m	1982,00	93,75		
5	<b>Retirada e Reinstalação de fiação de cerca elétrica para instalação de CONCERTINA</b> , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. <b>MARCA:</b> <b>MODELO:</b>	m	1356,90	35,97		
6	<b>Retirada e Reinstalação de concertina para instalação de cerca elétrica</b> , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital. <b>MARCA:</b> <b>MODELO:</b>	m	1356,90	48,47		
<b>Valor Total (R\$)</b>						
<b>Valor Máximo Aceito Pelo TJRR para o Grupo Único - Serviços - R\$ 550.314,07</b>						

GRUPO ÚNICO - DESLOCAMENTOS					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Total do item (R\$)
7	<b>Diárias com Depreciação de veículo - CDV</b> , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	10	100,08	1.000,80
8	<b>Diárias dos Funcionários - CDF</b> , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	23,00	354,00	8.142,00
9	<b>Custo com Combustível</b> , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	5,00	127,44	637,20
<b>Valor Total (R\$)</b>					<b>9.780,00</b>

Observação: O valor do deslocamento não irá para disputa, conforme subitem 4.4.4 do Termo de Referência.

**Razão Social:**

**Número do CNPJ:**

**Endereço Completo com CEP:**

**Fone/Fax/Celular:**

**E-mail:**

**Banco/Nome e n°. da Agência/Conta Corrente**

**Prazo de Validade da Proposta:**

**Local e Data:**

nome e assinatura do representante legal

### ANEXO III

### DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 000/2024

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Local e data



---

Assinatura do Representante Legal

## ANEXO IV

## TERMO DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A empresa \_\_\_\_\_ (NOME DAS EMPRESA), inscrita sob o CNPJ nº se compromete a contribuir com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e efetivar, em processos internos e externos, o cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Bem como, observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 400/2021, e pelo [Plano de Logística Sustentável do TJRR](#), instituído pela [Portaria nº 685 TJRR/PR, de 27 de abril de 2023](#).

---

Local e data

---

Assinatura do Representante Legal

## ANEXO V

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Ata de Registro de Preços N.º 000/2024****Procedimento Administrativo n.º 0018737-57.2024.8.23.8000****Pregão Eletrônico n.º 000/2024**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado(a) pelo(a) ...(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º ..... de ..... de ....., inscrito no CPF sob o n.º ..... Portador(a) da Carteira de Identidade n.º ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, na Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, e no Decreto n.º 11.462/2023, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Formação de Sistema de Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de Cerca Elétrica, inclusive equipamentos e acessórios, além de concertina nos Prédios no Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**2.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, porrogáveis na forma do Decreto 11.462/2023.

**2.2.** O Edital do **Pregão** Eletrônico n.º 000/2024 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do Pregão eletrônico, independente de transcrição.

**3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTATIVOS**

**3.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**3.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**3.3.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**3.4.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**3.5.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**3.6.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 3.1**.

**3.7.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.

**3.8.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**3.9.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**4.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**4.2.** O instrumento contratual, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**4.3.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- mantiverem sua proposta original.

**4.4.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. Os convocados no cadastrado reserva ou da classificação remanescente, passarão por processo de habilitação previsto em edital, quando convocados.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **subitem 4.3**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- d. d. no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

## 6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, sendo necessária a análise das condições de habilitação nos moldes previstos em edital.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 6.2** e no **subitem 6.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.e
- e. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **subitem 7.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a. por razão de interesse público;

8. DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas instrumento convocatório.
- 8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO do instrumento convocatório

10. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 10.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO ÚNICO - SERVIÇOS/DESLOCAMENTOS					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
Valor Total (R\$)					

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista - RR \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

	Representante
Nome Secretário de Gestão Administrativa	legal Empresa

ANEXO I - FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA

CADASTRO RESERVA	
Classificação	Licitante

ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA

FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA	
Classificação	Licitante

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO  
EPS. (2204196 )

MINUTA DE CONTRATO - PR/SG/SGA/SUBCON

Contrato de prestação de serviços de fornecimento e instalação de Cerca Elétrica, inclusive equipamentos e acessórios, além de concertina, para atender demanda do Tribunal de Justiça de Roraima, oriundo da Ata de Registro de Preços \_\_\_\_/\_\_\_\_, Pregão Eletrônico \_\_\_\_/\_\_\_\_, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e \_\_\_\_\_ nos termos da Lei n. 14.133/2021.

**CONTRATANTE:** **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, \_\_\_\_\_, união estável, brasileiro, matrícula nº. - \_\_\_\_\_.

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº \_\_\_\_\_, com sede localizada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_, Telefones: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor (a) \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de fornecimento e instalação de Cerca Elétrica, inclusive equipamentos e acessórios, além de concertina, para atender demanda essencial do Tribunal de Justiça de Roraima, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº. 102/2024 (2204169).

1.2. Objeto da contratação:

A - SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Fornecimento e Instalação de SUPER CERCA elétrica	m.	1.982		
2	Fornecimento e Instalação de KIT Eletrificador	und.	8		
3	Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm sem HASTE DE FIXAÇÃO, com aproveitamento de hastes do sistema da cerca elétrica (sem fornecimento das hastes)	m.	1.982		
4	Fornecimento e Instalação de CONCERTINA D=40cm com HASTE DE FIXAÇÃO	m.	1.982		
5	Retirada e Reinstalação de fiação de cerca elétrica para instalação de concertina	m.	1.356,90		
6	Retirada e Reinstalação de concertina para instalação de cerca elétrica	m.	1.356,90		
SUBTOTAL (A) (R\$)					
B - DESLOCAMENTO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND.	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Diárias com Depreciação de veículo - CDV	und.	10		
2	Diárias dos Funcionários - CDF	und.	23		
3	Custo com Combustível	und.	5		
SUBTOTAL (B) (R\$)					
VALOR TOTAL ESTIMADO (A + B) (R\$)					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência (2204169);

1.3.2. O Edital de Licitação (\_\_\_\_);

1.3.3. A Proposta do contratado (\_\_\_\_); e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos [artigos 106 \(por 5 anos\) e 107 \(por 10 anos\) da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência nº. 102/2024 (2204169).

### Cláusula Quarta – Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Cláusula Quinta - Preço e Pagamento

5.1. Preço:

5.1.2. O valor total Estimado da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Forma de Pagamento:

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.2.3. O pagamento do serviço, por se tratar de um custo variável, será efetuado conforme a necessidade da demanda.

5.3. Prazo de Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)^{365}}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

5.4. Condições de Pagamento:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, **com os ajustes relativos ao IMR**, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante, conforme consta na nota de empenho - TJRR ou FUNDEJURR;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar;
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g. Cadastro Nacional de Atividade - CNAE, correspondente ao serviço contratado ou material adquirido;
- h. Código da Classificação do Serviço (LC 116/2003);
- i. Nomenclatura do(s) imposto(s) incidente(s);
- j. Alíquota do(s) imposto(s) incidente(s);

- k. Valor do(s) imposto(s);
- l. Parcela(s) isenta(s) de tributos, caso possua;
- m. Dados bancários vinculados ao CNPJ da empresa contratada;
- n. Informação se é optante do **SIMPLES NACIONAL**; e
- o. Declaração de imunidade ou isenção de tributos, conforme Anexos II e III da Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016.

**5.4.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

**5.4.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**5.4.6.** Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**5.4.7.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**5.4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

#### **Cláusula Sexta - Reajuste**

**6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/12/2024.

**6.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação, e no limite do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, adotando-se a seguinte fórmula:

#### **Fórmula de cálculo:**

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

**Pr = preço reajustado ou preço novo;**

**P = preço atual (antes do reajuste);**

**V = variação percentual obtida na forma do caput desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.**

**6.3.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **Contratada**, nos termos do item 6.1. desta cláusula.

**6.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.5.** Na prorrogação do contrato, não havendo a divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante realizará a devida atualização assim que o(s) índice(s) estiver(em) disponível(is), por meio da formalização de Termo de Apostilamento.

**6.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cláusula Sétima - Obrigações do Contratante**

**7.1.** Além das Obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- k. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- l. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m. Monitorar Constantemente o nível de qualidade do serviço prestado durante a execução do contrato, por meio do **Instrumento de Medição dos Resultados - IMR**, nas Condições estabelecidas no Termo de Referência.
- n. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- o. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**Cláusula Oitava - Obrigações do Contratado**

**8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- b. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- e. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h. Realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;
- i. Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- j. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- k. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- l. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- m. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- o. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- p. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- q. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- r. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- s. Encaminhar a Nota Fiscal contendo todas as informações descritas no item **5.4.3.** deste Contrato.
- t. Executar o serviço contratado, satisfatoriamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos pelo **Instrumento de Medição dos Resultados - IMR**.
- u. Assinar o termo de ciência do Código de ética do Poder Judiciário de Roraima (Resolução nº 73/2023), constante no Anexo II, o qual será encaminhado pela CONTRATADA ao endereço eletrônico do CONTRATADO.
- v. O fornecedor deve cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis em sua área de atuação, cumprindo as obrigações de compliance (Resolução TJRR/TP n. 71/2022)
- w. Manter a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelo Contratante durante a execução dos Serviços.

**8.2.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

**8.3.** Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

**8.3.1.** A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

**8.3.1.1.** A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br).

**8.3.1.2.** A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

**8.3.2.** O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no Termo de Referência.

**8.3.3.** Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

**8.3.4.** Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerará-se devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

**8.3.5.** A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

**8.3.6.** A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (Anexo I) onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

8.3.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

## Cláusula Nona – Garantia de Execução e Garantia do Objeto

### Da Garantia de Execução

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, por meio da FISCALIZAÇÃO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por:

- a. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b. seguro-garantia;
- c. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.1.1. O prazo para apresentação de garantia contratual é prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.1.2. A garantia deverá possuir validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação do contrato, conforme inciso I, do art. 97 da Lei 14.133/2021.

9.1.3. Nos termos do art. 97, inciso I, da Lei 14.133/2021, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

### Da Garantia do Objeto

9.2. Deverão ser fornecidos todos os manuais e termos de garantia de todos os equipamentos instalados, conforme previsto no subitem 4.4.9 do TR.

9.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia integral dos equipamentos de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do serviço executado, período este em que eventuais defeitos de fabricação devem ser reparados sem ônus para esta Corte.

9.2.2. Durante o período de vigência da garantia poderão ser efetuadas quantas manutenções se fizerem necessárias, às custas da empresa CONTRATADA, sem ônus ao TJRR.

9.2.3. O rompimento do cabeamento pela ação de agentes externos não serão abarcados pela garantia.

9.2.4. Os reparos nos defeitos de fabricação dos equipamentos deverão ser solucionados em até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da notificação emitida pelo Fiscal do contrato.

## Cláusula Décima - Obrigações Pertinentes à LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas

11.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

11.2. A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

11.2.1. As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2**, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

11.2.3. A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2**, não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**11.3.** A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

**11.3.1.** Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

**11.3.2.** Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

**11.3.3.** A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**11.3.3.1.** A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

**11.3.3.2.** A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

**11.4.** Da aplicação das penalidades definidas nesta Cláusula, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

**11.5.** O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.

**11.6.** As sanções será aplicada definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

**11.7.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

## **Cláusula Décima Segunda – Da Extinção Contratual**

**12.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**12.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação

**12.5.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**I -** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.6.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas.

**12.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.8.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

## **Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº 00.000.00.000.0000.0000 - \_\_\_\_\_, elemento de despesa 0.0.00.00 - \_\_\_\_\_, da Unidade Orçamentária \_\_\_\_\_.

**13.2.** A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

## **Cláusula Décima Quarta – Dos Prazos**

**14.1.** O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei 14.133/2021.

**14.2.** O serviço deverá estar disponível em até 05 (cinco) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato.

## **Cláusula Décima Quinta – Dos Casos Omissos**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **Cláusula Décima Sexta – Alterações**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**16.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### Cláusula Décima Sétima – Publicação

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Diário da Justiça Eletrônico deste Poder Judiciário, de forma a atender à Res. TJRR nº 5/2007.

#### Cláusula Décima Oitava – Foro

**18.1.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

### ANEXO I

Declaração de Preposto
Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa, declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____/____.
Nome do Preposto:
CPF:
RG:
Qualificação Profissional:
Endereço:
Telefone/WhatsApp:
E-mail:

### ANEXO II

Declaração de Ciência do Código de Ética do TJRR
Eu, _____, representante legal da empresa _____, CONTRATADA deste Egrégio Tribunal, por meio da formalização do Contrato nº ____/____, DECLARO ter pleno conhecimento do Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, comprometendo-me a agir de acordo com seus princípios, de forma ética, respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas, evitando conflitos de interesse e mantendo a confidencialidade das informações, instituído por meio da Resolução TJRR/TP nº 73 de 14 de dezembro de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE nº 7293 de 28 de dezembro de 2022 ( <a href="#">CÓDIGO DE ÉTICA - RESOLUÇÃO 73/2022</a> ). Zelarei pela qualidade da prestação dos meus serviços e reportarei qualquer violação ao código. Assumo a responsabilidade por minhas ações e estou ciente das consequências em caso de descumprimento.
Boa Vista, RR ____/____/____.

### ANEXO III

Declaração não Emprego de Menor
A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o _____, DECLARA:
para fins do disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

### ANEXO IV

Declaração de Antinepotismo
Eu, _____ representante legal da empresa _____, DECLARO:

Que não possuo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento neste Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, bem como sócios e empregados que possuam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme disciplina a Resolução n.º 07, de 18/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, alterada pela Resolução n.º 229, de 22/06/2016.

## ANEXO V

Termo de Confidencialidade e Sigilo
<p>O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, sediado na Praça do Centro Cívico, 296 - Centro - CEP 69 301-380, CNPJ n.º 34.812.669/0001-08, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, sediada na Rua/Avenida _____, N.º _____, BAIRRO _____ - _____/_____, CNPJ n.º _____, doravante denominada CONTRATADA;</p> <p>CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO n.º ____/_____, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;</p> <p>CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;</p> <p>CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;</p> <p>Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:</p> <p><b>Cláusula Primeira - DO OBJETO</b></p> <p>Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a <a href="#">Lei n.º 12.527/2011</a> e o <a href="#">Decreto n.º 7.724/2012</a>, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).</p> <p><b>Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES</b></p> <p>Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:</p> <p><b>INFORMAÇÃO:</b> dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.</p> <p><b>INFORMAÇÃO SIGILOSA:</b> aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.</p> <p><b>CONTRATO:</b> contrato celebrado entre as partes, o qual este TERMO se vincula.</p> <p><b>Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA</b></p> <p>Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador de íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.</p> <p><b>Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO</b></p> <p>As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;</li> <li>tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;</li> <li>sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.</li> </ol> <p><b>Cláusula Quinta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES</b></p> <p>As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em qualquer hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.</p> <p><b>Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.</b></p> <p><b>Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.</b></p> <p><b>I. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.</b></p> <p><b>Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a relação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.</b></p>

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações relevadas à outra parte em função deste TERMO.

I. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como manter a limitação da utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- a. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- b. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- c. Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- d. Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

#### Cláusula Sétima - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 155 a 163 da Lei nº. 14.133/21.

#### Cláusula Oitava - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumento conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- a. O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- b. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO;
- c. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- d. Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- e. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- f. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterização ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- g. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO;
- h. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### Cláusula Nona - DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da cidade de Boa Vista - RR, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes eletronicamente.

De acordo.





Documento assinado eletronicamente por **CARLA ROCHA FERNANDES, Subsecretário(a) em exercício**, em 11/12/2024, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", d 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2204196** e o código CRC **E2EA9966**.



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL MARTINS DA SILVA NETO, Subsecretário(a)**, em 16/12/2024, às 12:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2214414** e o código CRC **4372E578**.